Informações Contábeis Intermediárias

Sequoia Logística e Transportes S.A.

30 de setembro de 2026
com Relatório sobre a Revisão de Informações Contábeis Intermediárias

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2026

Índice

Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias 3

Informações contábeis intermediárias
Balanços patrimoniais 5
Demonstrações dos resultados 7
Demonstrações dos resultados abrangentes 8
Demonstrações das mutações do passivo a descoberto 9
Demonstrações dos fluxos de caixa 10
Demonstração do valor adicionado 11
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 12

Tel.: + 55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho, 90
Consolação – São Paulo, SP
Brasil 01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sequoia Logística e Transportes S.A.
Barueri – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da **Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia")**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026 que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board (IASB)*", assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão de Informações Intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n° 2.2 das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a qual indica que a Companhia apresenta prejuízos acumulados de R$ 2.531.037 mil, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de 277.812 mil e capital circulante líquido negativo de R$ 99.828 mil na controladora e de 245.810 mil no consolidado, em 30 de setembro de 2026. Nesse contexto, houve a homologação do pedido de recuperação extrajudicial e a formalização de transação tributária junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"), medidas que suportam o entendimento da Administração de que os pagamentos das obrigações reestruturadas ocorrerão conforme o planejado, e que a geração de caixa será suficiente para o cumprimento dessas obrigações no futuro previsível. Entretanto, caso o plano de negócios não alcance os resultados esperados após a reestruturação, poderão existir incertezas relevantes quanto à capacidade da Companhia e suas controladas de manterem suas operações no futuro previsível. Adicionalmente, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia não tem atingido índices financeiros, em especial no que se refere a dívida líquida dividido pelo EBITDA, que dão o direito aos credores de solicitar esclarecimentos e notificação para, de forma não automática, solicitar a antecipação do vencimento dessas obrigações, o que pode impactar a classificação das dívidas da Companhia e sua liquidez. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

As informações trimestrais anteriormente referidas incluem as Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de novembro de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA 026357/O-2 – S - SP

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Balanços patrimoniais
Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.976	16.161	34.002	56.564
Contas a receber	5	4.724	9.700	81.095	84.577
Tributos a recuperar	6	128	12	4.053	3.073
Adiantamentos		565	647	3.670	2.659
Despesas antecipadas		637	1.242	1.343	2.971
Demais contas a receber		3.424	2.878	4.076	3.527
Total do ativo circulante		**15.454**	**30.640**	**128.239**	**153.371**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	5	-	-	16.443	-
Partes relacionadas	23	270.994	163.245	-	-
Depósitos judiciais		10.477	8.801	16.347	13.120
Demais contas a receber		5.711	5.937	5.712	5.937
Tributos a recuperar	6	-	-	-	852
Investimentos	7	182.597	269.736	-	-
Imobilizado	9	32.393	42.772	54.782	95.172
Intangível	10	12.958	18.620	422.000	448.744
Direito de uso	12	265	3.053	14.515	35.427
Total do ativo não circulante		**515.395**	**512.164**	**529.799**	**599.252**
Total do ativo		**530.849**	**542.804**	**658.038**	**752.623**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar	13	21.101	32.227	48.630	70.272
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	14.373	50.026	49.538	115.272
Passivo de arrendamento	12	328	3.280	4.115	9.657
Obrigações tributárias	14	34.348	29.392	115.668	84.476
Parcelamentos fiscais	14.1	6.260	9.991	12.557	19.192
Impostos parcelados – PGFN	14.2	34.518	19.584	94.973	51.602
Precatório a pagar – partes relacionadas	8.2 e 23	-	-	7.988	-
Obrigações trabalhistas	14.3	1.216	9.151	14.085	15.962
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.1	-	-	4.997	6.386
Adiantamentos de clientes	16	-	-	17.678	18.333
Outros passivos	16	3.138	3.768	3.820	5.201
Total do passivo circulante		**115.282**	**157.419**	**374.049**	**396.353**
Não circulante					
Fornecedores	13	95.564	87.295	95.698	87.295
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	299.470	203.150	299.537	203.669
Passivo de arrendamento	12	-	1.246	11.121	32.350
Parcelamentos fiscais	14.1	34.844	40.768	54.267	64.969
Impostos parcelados – PGFN	14.2	-	22.382	-	58.973
Obrigações trabalhistas	14.3	-	727	-	1.446
Partes relacionadas	23	223.867	180.876	-	98
Precatório a pagar – partes relacionadas	8.2 e 23	-	-	7.989	-
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.1	-	-	9.426	11.373
Provisões para demandas judiciais	15	39.634	32.176	81.691	79.251
Adiantamentos de clientes	16	-	-	2.072	-
Outros passivos	16	-	-	-	81
Total do passivo não circulante		**693.379**	**568.620**	**561.801**	**539.505**
Total do passivo		**808.661**	**726.039**	**935.850**	**935.858**
Passivo a descoberto					
Capital social	17.1	2.107.888	1.430.860	2.107.888	1.430.860
Gastos com emissão de ações		(69.498)	(69.498)	(69.498)	(69.498)
Reserva de lucro	17.2	9.969	9.969	9.969	9.969
Ajuste de avaliação patrimonial		204.579	7.737	204.579	7.737
Instrumentos conversíveis em ações		287	859.265	287	859.265
Prejuízos acumulados		(2.531.037)	(2.421.568)	(2.531.037)	(2.421.568)
		(277.812)	**(183.235)**	**(277.812)**	**(183.235)**
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**530.849**	**542.804**	**658.038**	**752.623**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos resultados
Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora				Consolidado			
	Notas	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025
Receita operacional líquida	18	24.304	25.044	11.206	7.407	412.044	463.559	146.514	152.389
Custos dos serviços prestados	19	(9.044)	(51.436)	751	(16.310)	(341.534)	(432.942)	(110.615)	(141.679)
Lucro bruto		15.260	(26.392)	11.957	(8.903)	70.510	30.617	35.899	10.710
Despesas operacionais:									
Despesas comerciais, administrativas e gerais	19	(37.060)	10.069	(2.317)	(30.619)	(123.658)	(154.266)	(25.788)	(74.256)
Outras receitas (despesas), líquidas	20	8.076	14.666	257	711	29.989	118.428	(749)	4.414
Resultado de equivalência patrimonial	7	(87.036)	7.642	(30.673)	(16.852)	-	(416)	-	-
		(116.020)	32.377	(32.733)	(46.760)	(93.669)	(36.254)	(26.537)	(69.842)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(100.760)	5.985	(20.776)	(55.663)	(23.159)	(5.637)	9.362	(59.132)
Despesas financeiras		(13.744)	(116.652)	(4.815)	(38.177)	(94.823)	(159.205)	(36.732)	(47.374)
Receitas financeiras		1.574	69.930	460	1.247	4.346	75.524	2.239	1.688
	21	(12.170)	(46.722)	(4.355)	(36.930)	(90.477)	(83.680)	(34.493)	(45.686)
Resultado antes do imposto de renda e a contribuição social		(112.930)	(40.737)	(25.131)	(92.593)	(113.636)	(89.318)	(25.131)	(104.818)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22	-	-	-	-	-	(231)	-	(231)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	22	3.461	(90.506)	-	-	4.167	(35.738)	-	-
Prejuízo do período		**(109.469)**	**(131.243)**	**(25.131)**	**(92.593)**	**(109.469)**	**(125.287)**	**(25.131)**	**(105.049)**
Atribuídos aos:									
Acionistas controladores		(109.469)	(131.243)	(25.131)	(92.593)	(109.469)	(131.243)	(25.131)	(92.593)
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-	5.956	-	(12.456)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)									
Prejuízo básico por ação	17.5	(2,9486)	(3.659,25)	(0,5917)	(2.581,65)				
Prejuízo diluído por ação	17.5	(2,9486)	(3.659,25)	(0,5917)	(2.581,65)				

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025
Prejuízo do período	(109.469)	(131.243)	(25.131)	(92.593)	(109.469)	(125.287)	(25.131)	(105.049)
Plano baseado em ações	-	450	-	-	-	450	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - incorporação	-	7.737	-	-	-	13.456	-	-
Resultado abrangente	**(109.469)**	**(123.056)**	**(25.131)**	**(92.593)**	**(109.469)**	**(111.381)**	**(25.131)**	**(105.049)**
Atribuídos aos:								
Acionistas controladores	(109.469)	(123.056)	(25.131)	(92.593)	(109.469)	(123.056)	(25.131)	(92.593)
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	11.675	-	(12.456)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto
Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reserva de lucros				
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Plano de pagamento com base em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Instrumentos conversíveis em ações	Total Controladora	Total Consolidado
Saldos em 1° de janeiro de 2026	**1.430.860**	**(69.498)**	**-**	**7.737**	**9.969**	**(2.421.568)**	**859.265**	**(183.235)**	**(183.235)**
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(109.469)	-	(109.469)	(109.469)
Plano de pagamento com base em ações	-	-	3.371	-	-	-	-	3.371	3.371
Aumento de capital	9.145	-	(3.371)	-	-	-	-	5.774	5.774
Integralização/Atualização de debêntures conversíveis	-	-	-	-	-	-	5.747	5.747	5.747
Conversão de debêntures em capital	558.095	-	-	-	-	-	(558.095)	-	-
Incorporação Fulcrum – reclassificação de instrumentos conversíveis	109.788	-	-	196.842	-	-	(306.630)	-	-
Conversão de debêntures em capital - Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2026	**2.107.888**	**(69.498)**	**-**	**204.579**	**9.969**	**(2.531.037)**	**287**	**(277.812)**	**(277.812)**

	Reservas de capital				Reserva de lucros					
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Plano de pagamento com base em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Instrumentos conversíveis em ações	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2025	**1.002.385**	**(69.498)**	**9.539**	**-**	**9.969**	**(2.065.678)**	**354.909**	**(758.374)**	**(166.187)**	**(924.561)**
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	-	-	-	-	(131.243)	-	(131.243)	5.956	(125.287)
Plano de pagamento com base em ações	-	-	450	-	-	-	-	450	-	450
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	7.737	-	-	-	7.737	5.719	13.456
Aumento de capital	59.479	-	(787)	-	-	-	-	58.692	-	58.692
Integralização/Atualização de debêntures conversíveis	-	-	-	-	-	-	3.273	3.273	-	3.273
Conversão de debêntures em capital	15.583	-	-	-	-	-	(15.583)	-	-	-
Conversão de debêntures em capital - Empréstimos	197.182	-	-	-	-	-	-	197.182	-	197.182
Saldos em 30 de setembro de 2025	**1.274.629**	**(69.498)**	**9.202**	**7.737**	**9.969**	**(2.196.921)**	**342.599**	**(622.283)**	**(154.512)**	**(776.795)**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Atividades operacionais	**30/09/2026**	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(112.930)	(40.737)	(113.636)	(89.318)
Ajustes para conciliar o resultado antes do imposto de renda e contribuição social a itens que não afetam o caixa	165.152	(30.547)	99.254	109.764
Depreciação e amortização	17.364	25.340	49.179	80.775
Resultado de equivalência patrimonial	87.036	(7.642)	-	416
Juros provisionados	44.219	90.568	50.451	94.019
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Ganho ou perda na venda de ativo imobilizado e baixa de contrato de arrendamento	-	-	(19.038)	-
Baixa de imobilizado, intangível e direito de uso	2.148	(21.135)	1.309	(17.615)
Baixa de contas a receber	16.464	-	19.645	-
Ganho na baixa de fornecedores com pagamento em ações	(5.171)	-	(5.171)	-
Baixa de passivo de arrendamento	(4.077)	-	(2.092)	-
Haircut de fornecedores - RE	-	(87.841)	-	(87.841)
Baixa de investimento	-	(8.450)	-	(8.450)
Plano de pagamento baseado em ações	3.371	-	3.371	-
Baixa de contas a receber e fornecedores	-	20.224	-	55.942
AVP de fornecedores - RE	5.927	(63.024)	5.927	(63.024)
Provisões (reversões) e outros itens que não afetam caixa	-	21.413	(3)	55.542
Provisão (reversão) para demandas judiciais	7.458	-	2.440	-
Provisão (reversão) para expectativa de créditos de liquidação duvidosa	(11.570)	-	(18.950)	-
Ajuste a valor presente de contas a receber	-	-	9.296	-
Provisão (reversão) de clientes a faturar	1.039	-	(531)	-
Custo de transação	944	-	3.421	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social ajustado por itens que não afetam caixa	52.222	(71.284)	(14.382)	20.446
Variações nos ativos e passivos operacionais	(63.835)	49.601	(19.588)	(72.731)
Contas a receber	(957)	8.937	(32.243)	(38.219)
Adiantamentos e despesas antecipadas	687	1.034	617	2.603
Tributos a recuperar	(116)	(40)	(128)	5.953
Partes relacionadas	(53.018)	36.338	(97)	21.549
Fornecedores e contas a pagar	983	25.371	(9.399)	16.224
Adiantamentos de clientes	-	-	1.417	19.865
Obrigações trabalhistas e tributárias	(3.706)	(28.318)	27.869	(46.690)
Depósito judicial	(1.676)	(6.611)	(3.227)	(9.489)
Parcelamentos fiscais	-	(14.026)	-	(14.280)
Parcelamentos fiscais e PGFN	(5.440)	-	(12.796)	-
Outros ativos e passivos operacionais	(592)	26.916	8.399	(30.245)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(11.613)**	**(21.683)**	**(33.970)**	**(52.285)**
Atividades de investimento				
Acréscimo de imobilizado e intangível	-	-	(1.088)	(265)
Aumento de capital e Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Investimentos - outros	(349)	-	-	-
Venda de ativo imobilizado	-	-	37.984	-
Contas a pagar por aquisição de investimentos	-	409	(3.336)	(1.714)
Fluxo de caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	**(349)**	**409**	**33.560**	**(1.979)**
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.602	30.443	24.025	74.058
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures – principal	(2.997)	(7.538)	(35.242)	(7.538)
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures – juros	(1.168)	(4.579)	(5.388)	(4.707)
Aumento de capital	589	-	589	-
Custo de transação	-	(8.861)	-	(9.779)
Amortização de arrendamentos	(249)	(684)	(6.136)	(8.886)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos	**1.777**	**8.781**	**(22.152)**	**43.148**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(10.185)**	**(12.493)**	**(22.562)**	**(11.116)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	16.161	13.075	56.564	21.853
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5.976	582	34.002	10.737
	(10.185)	**(12.493)**	**(22.562)**	**(11.116)**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receitas	38.012	176.291	501.036	872.621
Receita de prestação de serviço	28.008	29.097	471.646	529.269
Provisão para perdas de crédito esperadas	(5.196)	(4.793)	(16.665)	(19.431)
Outras receitas operacionais	15.200	151.987	46.055	362.783
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, PIS e COFINS)	(20.170)	(60.377)	(357.473)	(525.400)
Custos dos serviços prestados	(2.689)	(26.950)	(314.175)	(404.789)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17.481)	(33.427)	(43.298)	(120.611)
Perda de valores ativos	-	-	-	-
Valor adicionado bruto	17.842	115.914	143.563	347.221
Retenções	(17.364)	(31.864)	(49.179)	(87.896)
Depreciação e amortização e baixas	(17.364)	(31.864)	(49.179)	(87.896)
Valor adicionado líquido produzido	478	84.050	93.384	259.325
Valor adicionado recebido em transferência	(85.462)	77.573	4.346	75.108
Resultado de equivalência patrimonial	(87.036)	7.642	-	(416)
Receitas financeiras	1.574	69.931	4.346	75.524
Valor adicionado total a distribuir	**(84.984)**	**161.623**	**98.730**	**334.433**
Distribuição do valor adicionado	**84.984**	**(161.623)**	**(98.730)**	**(334.433)**
Pessoal e encargos	(7.301)	(28.504)	(60.676)	(38.455)
Remuneração direta	(5.021)	(18.804)	(47.884)	(27.906)
Benefícios	(1.523)	(6.595)	(10.043)	(7.444)
F.G.T.S.	(757)	(3.105)	(2.749)	(3.105)
Impostos e taxas e contribuições	(808)	(96.522)	(36.576)	(103.600)
Federais	60	(95.455)	(20.657)	(101.971)
Estaduais	(146)	(591)	(3.328)	(1.142)
Municipais	(722)	(476)	(12.591)	(487)
Juros e aluguéis	(16.376)	(167.840)	(110.946)	(317.665)
Remuneração de capitais próprios	109.469	131.243	109.469	125.287
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	(5.956)
Prejuízos apurados	109.469	131.243	109.469	131.243

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1. Informações sobre a Companhia

A Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia" ou “Sequoia”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento do mercado de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado, sob o código de transação “SEQL3”, e tem sede localizada na Alameda Rio Negro, 500, 6º andar, sala 601, Bairro Alphaville, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

Possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de intermediação e logística. Ainda, se destaca por implantar soluções integradas de logística e transporte, com uso intensivo de tecnologia e sistemas que suportam as atividades operacionais e de interface com seus clientes.

A partir de 30 de janeiro de 2026, nos termos do fato relevante divulgado em 6 de fevereiro de 2026, o controle da Companhia passou a ser exercido por fundos de investimento sob a gestão comum da Jive Investments Gestão de Recursos e Consultoria S.A. (“JiveMauá”), conforme detalhado na nota explicativa nº 23.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de novembro de 2026.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias estão definidas e apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2025. No período findo em 30 de setembro de 2026, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas que possam ter impacto material sobre estas informações financeiras intermediárias.

2.1 Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, compreendem as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, elaboradas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações financeiras. As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2025, não foram repetidas integralmente nestas informações intermediárias.

Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos para possibilitar o melhor entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

As informações contábeis intermediárias, nesse caso, têm como objetivo prover as informações trimestrais com base nas últimas demonstrações financeiras anuais completas. Portanto, elas focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não duplicam informações previamente divulgadas, exceto quando a Administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação.

As informações contábeis intermediárias aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Não houve mudanças de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas. Conforme permitido pelo CPC 21 – Demonstração Intermediária, a Administração optou por não divulgar novamente em detalhes as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Assim, faz-se necessário a leitura destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Reclassificação dos saldos comparativos – A partir destas informações contábeis intermediárias, as contas a pagar referentes a provisões de custos e despesas, antes apresentadas em "Outros passivos", passaram a ser apresentadas em "Fornecedores e contas a pagar", e os adiantamentos de clientes passaram a ser apresentados em linha própria no balanço patrimonial, para melhor refletir a natureza desses saldos: as provisões de custos e despesas correspondem a obrigações por bens e serviços já recebidos e ainda não faturados, de mesma natureza dos saldos de fornecedores, e os adiantamentos de clientes correspondem a passivos de contrato com clientes (CPC 47). Para fins de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2025 foram reclassificados: na controladora, R$ 11.823 de "Outros passivos" para "Fornecedores e contas a pagar"; no consolidado, R$ 27.397 para "Fornecedores e contas a pagar" e R$

18.333 para "Adiantamentos de clientes". Na demonstração dos fluxos de caixa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, as variações foram reclassificadas entre as linhas de "Fornecedores e contas a pagar", "Adiantamentos de clientes" e "Outros ativos e passivos operacionais". As reclassificações não alteraram o total do passivo circulante, o passivo a descoberto, o resultado nem o fluxo de caixa das atividades operacionais.

2.2 Declaração de continuidade

A Companhia apresentou um prejuízo acumulado de R$ 2.531.037 em 30 de setembro de 2026 e, naquela data, o passivo circulante da controladora e consolidado excedia o ativo circulante em R$ 99.828 e R$ 245.810, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia apresentava um passivo a descoberto de R$ 277.812 na controladora e no consolidado, fatores que podem indicar a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A Companhia estruturou um plano e está aplicando ações visando a redução dos prejuízos apresentados, atuando junto aos credores financeiros e não financeiros visando a adequação das condições de pagamento, obtendo os seguintes resultados até 30 de setembro de 2026 e em período subsequente à apresentação dessas demonstrações contábeis:

i) Plano de Recuperação Extrajudicial (“Plano de RE”) da Sequoia e da Transportadora Americana;
ii) Transação individual das dívidas de tributos federais junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN; e
iii) Emissão de debêntures para aporte de capital e desalavancagem de dívidas.

A seguir detalhamos os itens acima:

i) Plano de Recuperação Extrajudicial (“Plano de RE”) da Sequoia e da Transportadora Americana

A Sequoia e a Transportadora Americana pediram a homologação de um plano de recuperação extrajudicial perante o Juízo 1ª Vara Regional de Competência Empresarial de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ, processo autuado sob o nº 1003015 19.2024.8.26.0260.
O Plano contou com aprovação de aproximadamente 54% dos credores sujeitos, abrangendo todos os créditos não-financeiros existentes na data do pedido em 11 de outubro de 2024, nos termos do art. 161, §1º, da Lei 11.101/2005, os quais totalizavam R$ 311.279.

Em 19 de março de 2025, a juíza homologou o plano de recuperação extrajudicial e o montante total, após ajustes de valores, atingiu R$ 328.743.

O Plano previu as seguintes formas de pagamento:

• Opção 1: Deságio: não há. Carência: não há. Pagamento: Conversão integral em ações da Sequoia (SEQL3), com preço de exercício de R$ 8,00. As ações foram entregues em maio de 2025.

• Opção 2: Deságio: não há. Carência: 60 meses contados da homologação judicial. Pagamento: 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após o prazo de carência. Condição de taxa: IPCA.

• Opção 3: Deságio: 70% sobre o saldo devedor. Carência: 12 meses contados da homologação judicial. Pagamento: 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após o prazo de carência. Condição de taxa: IPCA.

• Opção 4: Deságio: 50% sobre o saldo devedor. Pagamento: (i) em dinheiro à vista de 2/5 do saldo devedor após o deságio, a ser realizado dentro de 120 dias corridos a contar da homologação judicial, ou 31 de janeiro de 2025, o que ocorrer primeiro; e (ii) pagamento em dinheiro de 3/5 do saldo devedor após o deságio, em 15 prestações mensais e consecutivas, com início 30 dias corridos após o pagamento em dinheiro à vista do item (i). Condição de taxa: as parcelas do item (ii) serão corrigidos pelo IPCA. Limite: o pagamento desta opção foi limitado a R$ 64.000 em créditos optantes. Credor Fornecedor Colaborador: para eleger esta opção, os credores se enquadraram na definição de Credor Fornecedor Colaborador. R$ 62.080 optaram e foram integralmente pagos.

• Opção 5: Deságio: 70% sobre o saldo devedor. Pagamento: em dinheiro à vista do saldo devedor após o deságio, a ser realizado dentro de 30 dias corridos a contar da homologação judicial. Limite: o pagamento desta opção foi limitado a R$ 17.000 em créditos optantes. Credor Fornecedor Colaborador: para eleger esta opção, os credores se enquadraram na definição de Credor Fornecedor Colaborador. R$ 17.000 se enquadraram e foram integralmente pagos.

ii) Transação individual das dívidas de tributos federais junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN

Em 20 de abril de 2026, a Companhia assinou junto a PGFN o acordo com uma redução total de 82% do passivo tributário, passando o referido passivo de aproximadamente R$ 631.700 para R$ 112.481, (valores de abril de 2026). Em 28 de maio de 2026 ocorreu o pagamento da 1ª parcela no valor total de R$ 5.616. Vide detalhes na nota explicativa 14.2. Em 21 de julho de 2026, a Companhia apresentou pedido à PGFN para utilização de precatório federal de R$ 14.886, na compensação de parcelas da transação, deferido pela PGFN em 8 de setembro de 2026, conforme nota explicativa 8.2.

iii) Emissão de debêntures para aporte de capital e desalavancagem de dívidas (Reestruturação de dívidas e captações)

Como parte do processo de reestruturação financeira, o Conselho de Administração aprovou em 22 de março de 2024 a colocação privada de debêntures mandatoriamente conversíveis (6ª emissão), em 2 séries, uma integralizada em moeda corrente e outra série integralizada utilizando créditos detidos anteriormente remanescente da 4ª emissão de debêntures. Durante o exercício de 2024, houve a integralização de R$ 86.162 em moeda corrente e a integralização de R$ 341.151 através da conversão de dívidas dos principais bancos credores.

Adicionalmente, a Companhia concluiu uma negociação com os bancos credores dos empréstimos de capital de giro que não aderiram à conversão da 6ª emissão de debêntures, repactuando os termos e condições dos contratos vigentes, de forma a

alongar o prazo de pagamento, que terá início com o pagamento de juros em 2027 e amortização do principal entre 2029 e 2032.

Entre 26 de agosto de 2025 e 23 de outubro de 2025, a Companhia anunciou a 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões de debêntures, não conversíveis, com valor de R$ 45.000. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, com prazo de vencimento entre 30 de junho de 2027 e 30 de setembro de 2027.

Adicionalmente, como passo fundamental para manter a liquidez da Companhia, foi anunciada a 13ª emissão de debêntures. A emissão foi feita de forma parcial no montante de R$ 421.937 em debêntures obrigatoriamente conversíveis, sob a forma nominativa e escritural, com prazo de vencimento em 26 de fevereiro de 2026. Esse montante foi aportado através de R$ 45.483 em recursos em espécie, R$ 214.781 em créditos com terceiros e partes relacionadas e R$ 161.673 provenientes da conversão de debêntures da 4ª e 6ª emissões, o que gerou uma redução significativa no endividamento da Companhia. Em fevereiro de 2026, essas debêntures foram integralmente convertidas em ações.

Em 20 de julho de 2026, a Companhia concluiu a 14ª emissão de debêntures simples, no valor total de R$ 84.319, integralmente subscrita por fundos de investimento sob gestão da JiveMauá, consolidando as 5ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões e a dívida da controlada ILGJ com a JiveMauá em instrumento único, com alongamento dos vencimentos para setembro de 2029 e eliminação dos covenants financeiros e não financeiros dessas emissões (nota explicativa 11).

Considerando o Plano de Negócios do Grupo, a Diretoria entende que os pagamentos de suas obrigações reestruturadas no contexto da recuperação extrajudicial e da transação com a PGFN ocorrerão conforme o planejado e que a geração de caixa será suficiente para atender às obrigações no futuro previsível. Em outubro de 2026, a Companhia solicitou à PGFN a repactuação do prazo de pagamento da transação individual, cujo saldo de R$ 94.973 está integralmente classificado no passivo circulante (nota explicativa 14.2), e aguarda a resposta da Procuradoria. Caso a solicitação não seja aceita, a Companhia pretende obter liquidez para os pagamentos por meio da aquisição e cessão de precatórios federais. Caso, entretanto, o plano de negócios não alcance os resultados esperados após a reestruturação no contexto da Recuperação Extrajudicial e da transação com a PGFN, incertezas relevantes estarão presentes quanto à capacidade da Companhia de manter sua operação no futuro previsível. As informações contábeis intermediárias da Companhia e de suas controladas foram elaboradas considerando o pressuposto de continuidade operacional. Vide detalhamento das novas emissões ocorridas na nota explicativa 11.

2.3 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações adotados

Não foram emitidas ou alteradas normas ou interpretações que ainda não estejam vigentes que possam, na opinião da Companhia, quando da sua adoção, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$ 000), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia e de suas controladas. As

transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional vigente na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.5 Consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

			País	Percentual de participação	
Participação direta		**Principal atividade**	**sede**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Transportadora Americana Ltda. ("Transportadora Americana")	(a)	Logística e transporte	Brasil	100%	100%

(a) Transportadora Americana foi adquirida em 28 de fevereiro de 2020. Em 31 de outubro de 2025, houve a aquisição dos 42,5% das ações do acionista minoritário da Transportadora Americana, pertencentes a empresa Fulcrum Participações S.A. Ato contínuo, a Companhia incorporou a Fulcrum Participações S.A.

				Percentual de participação	
Participação indireta		**Principal atividade**	**País sede**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
ILGJ Logística e Transporte Ltda.	(b)	Logística e transporte	Brasil	100%	100%
Carriers Logística e Transporte Ltda.	(b)	Logística e transporte	Brasil	100%	100%
Flash Courier Ltda.	(b)	Serviços	Brasil	100%	100%

(b) Empresa adquirida em 28 de março de 2024.

2.6 Resultado por ação

Em 17 de novembro de 2025, foi aprovado o grupamento de ações na razão de 10 ações para 1 e, em 2 de outubro de 2026, o grupamento na razão de 150 ações para 1 (nota explicativa 26). Conforme o CPC 41 – Resultado por Ação, o resultado por ação de todos os períodos apresentados reflete os dois grupamentos. O efeito no período findo em 30 de setembro de 2025 pode ser assim apresentado:

	Prejuízo básico		**Prejuízo diluído**	
	Apresentado Atualmente	**Originalmente apresentado**	**Apresentado Atualmente**	**Originalmente apresentado**
Prejuízo do exercício	(131.243)	(131.243)	(131.243)	(131.243)
Quantidade média ponderada de ações em circulação – em milhares	35,87	53.801	35,87	53.801
Prejuízo básico por ação – em R$	**(3.659,25)**	**(2,4395)**	**(3.659,25)**	**(2,4395)**

3. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas informações contábeis intermediárias por categoria, bem como os respectivos valores justos, podem ser assim apresentados:

		Controladora			
Saldos em 30 de setembro de 2026	**Hierarquia do valor justo**	**Mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Valor contábil**	**Valor Justo**
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	5.976	-	5.976	5.976
Contas a receber	Nível 2	-	4.724	4.724	4.724
Passivos financeiros:					
Fornecedores e contas a pagar	Nível 2	-	(116.665)	(116.665)	(116.665)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	-	(313.843)	(313.843)	(261.234)
Passivo de arrendamento	Nível 2	-	(328)	(328)	(328)
Parcelamento de impostos	Nível 2	-	(41.104)	(41.104)	(41.104)
Impostos parcelados – PGFN	Nível 2	-	(34.518)	(34.518)	(34.518)

		Consolidado			
Saldos em 30 de setembro de 2026	**Hierarquia do valor justo**	**Mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Valor contábil**	**Valor Justo**
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	34.002	-	34.002	34.002
Contas a receber	Nível 2	-	97.538	97.538	97.538
Passivos financeiros:					
Fornecedores e contas a pagar	Nível 2	-	(144.328)	(144.328)	(144.328)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	-	(349.075)	(349.075)	(289.194)
Passivo de arrendamento	Nível 2	-	(15.236)	(15.236)	(15.236)
Parcelamento de impostos	Nível 2	-	(66.824)	(66.824)	(66.824)
Impostos parcelados – PGFN	Nível 2	-	(94.973)	(94.973)	(94.973)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	-	(14.423)	(14.423)	(14.423)
Precatório a pagar – partes relacionadas	Nível 2	-	(15.977)	(15.977)	(15.977)

Considerações sobre riscos

Riscos de crédito

A operação da Companhia e de suas controladas compreendem a prestação de serviços de logística, representados principalmente pelo transporte de cargas em geral, regido por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados a índices de reposição inflacionária para período superior a um ano. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência.

Riscos de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento.

Em decorrência do citado acima, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026.

A gestão de capital pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Empréstimos, financiamentos e debêntures	313.843	253.176	349.075	318.941
Contas a pagar por aquisição de investimentos	-	-	14.423	17.759
Precatório a pagar – partes relacionadas	-	-	15.977	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.976)	(16.161)	(34.002)	(56.564)
Dívida líquida	307.867	237.015	345.473	280.136
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(277.812)	(183.235)	(277.812)	(183.235)
Patrimônio líquido e dívida líquida	**585.679**	**420.250**	**623.285**	**463.371**

Valorização dos instrumentos financeiros

A mensuração da totalidade dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas corresponde apenas às características do Nível 2:

Caixa e equivalentes de caixa – os valores contábeis das aplicações financeiras em Certificado de Depósitos Bancários mensuradas ao custo amortizado aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós fixados.

Empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores, passivo de arrendamento, parcelamento de impostos, impostos parcelados – PGFN e contas a pagar por aquisição de investimentos – os valores contábeis são mensurados por seu custo amortizado e divulgados a valor justo.

Contas a receber – estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes:

Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerada uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B – cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

		Consolidado			
			Ganhos e/ou (perdas)		
Transação	**Risco**	**30/09/2026**	**Provável**	**Cenário A**	**Cenário B**
Empréstimos, financiamentos e debêntures indexados ao CDI	Aumento do CDI	(349.075)	2.382	11.912	23.824
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Aumento do CDI	(14.423)	99	492	984
Aplicações financeiras restritas indexadas ao CDI	Queda do CDI	22.790	(148)	(622)	(1.037)
	CDI (aumento)[1]	13,65%	14,33%	17,06%	20,48%
	CDI (queda)[1]	13,65%	13,00%	10,92%	9,10%

1) CDI divulgado pela CETIP.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Caixa e bancos conta movimento	805	15.747	11.213	35.269
Aplicações financeiras em CDB	5.171	414	22.789	21.295
	5.976	**16.161**	**34.002**	**56.564**

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez com vencimento inferior a 90 dias, não sujeitos a risco de mudança de taxas de juros ou inflação, e não há restrições ao uso dos recursos apresentados.

5. Contas a receber

A composição do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Clientes nacionais	9.282	26.994	77.542	81.040
Clientes a faturar (a)	4.306	3.140	52.407	46.805
	13.588	**30.134**	**129.949**	**127.845**
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(8.864)	(20.434)	(23.115)	(43.268)
(-) Ajuste a valor presente (b)	-	-	(9.296)	-
	4.724	**9.700**	**97.538**	**84.577**
Circulante	4.724	9.700	81.095	84.577
Não circulante	-	-	16.443	-

(a) Serviços prestados que serão faturados em períodos subsequentes, sendo registrados pelo regime de competência.
(b) Refere-se ao ajuste a valor presente do saldo a receber de empresa que protocolou pedido de recuperação judicial, na controlada Carriers. Conforme as tratativas com o cliente, espera-se que o recebimento ocorra em quatro anos, com carência de um ano, e o saldo será atualizado pelo IPCA. O saldo atualizado pelo IPCA, de R$ 25.739, foi trazido a valor presente pela taxa média de custo de capital obtida no mercado, de 16,79% a.a., resultando em valor presente de R$ 16.443 e ajuste de R$ 9.296, registrado no resultado financeiro. O ajuste será apropriado como receita financeira ao longo do prazo de recebimento. Como não há recebimento previsto nos próximos 12 meses, o saldo, de R$ 16.443, está apresentado no ativo não circulante.

A idade do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
A vencer	2.391	5.522	74.227	71.125
Vencidos				
Vencidos de 1 a 30 dias	283	1.242	3.892	5.673
Vencidos de 31 a 90 dias	1.262	2.055	24.940	5.777
Vencido de 91 a 180 dias	1.574	1.997	9.108	6.479
Vencido de 181 a 365 dias	258	8.395	5.516	10.223
Vencidos há mais de 365 dias	7.820	10.923	12.266	28.568
Subtotal – vencidos	11.197	24.612	55.722	56.720
Recebidos a identificar	-		-	
	13.588	**30.134**	**129.949**	**127.845**

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada pode ser assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2026	(20.434)	(43.268)
(Provisão)/reversão reconhecida no resultado	11.280	2.900
Baixa de títulos contra a provisão (c)	290	17.253
Saldo em 30 de setembro de 2026	**(8.864)**	**(23.115)**

(c) Refere-se, substancialmente, à baixa de títulos vencidos há mais de 365 dias, que estavam integralmente provisionados, sem efeito no resultado e no saldo líquido do contas a receber.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(13.853)	(27.511)
Provisão	(4.826)	(19.312)
Saldo em 30 de setembro de 2025	**(18.679)**	**(46.823)**

6. Tributos a recuperar

A composição do saldo dos tributos a recuperar pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
PIS e COFINS (a)	116	-	116	1.151
Impostos retidos	12	12	466	16
ICMS (b)	-	-	770	2.197
IRPJ e CSLL – antecipação	-	-	2.043	561
Outros	-	-	658	-
	128	**12**	**4.053**	**3.925**
Circulante	128	12	4.053	3.073
Não circulante	**-**	**-**	-	852

(a) Refere-se a créditos de PIS e COFINS a recuperar. Os créditos da controlada MBC Flash decorrentes da exclusão do ISS da base de cálculo dessas contribuições, objeto de pedidos de restituição transmitidos em agosto de 2026, serão reconhecidos à medida de sua efetiva recuperação.

(b) Referente ao crédito de ICMS proveniente da aquisição de controlada.

7. Investimentos

A composição dos investimentos pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025
Investimentos em controladas	182.597	269.736
	182.597	**269.736**

7.1 Investimentos em controlada e controlada em conjunto

A movimentação e composição do saldo podem ser assim apresentadas:

	Controladora	
	Transportadora Americana	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2026	**269.736**	**269.736**
Resultado de equivalência patrimonial	(87.036)	(87.036)
Ganho na baixa de investimento	575	575
Amortização de mais-valia de ativos	(678)	(678)
Saldos em 30 de setembro de 2026	**182.597**	**182.597**

	Controladora		
	Transportadora Americana	Drops	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2025	432.430	8.866	441.296
Resultado de equivalência patrimonial	8.058	(416)	7.642
Realização de mais valia de ativos	(7.132)	-	(7.132)
Baixa por venda	-	(8.450)	(8.450)
Ajuste de avaliação patrimonial	7.737	-	7.737
Saldos em 30 de setembro de 2025	**441.093**	**-**	**441.093**
Controladas	441.093	-	441.093
Controlada em conjunto	-	-	-
Investimento	441.093	-	441.093

As principais informações financeiras das controladas podem ser assim apresentadas:

	30 de setembro de 2026				
Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Transportadora Americana	502.620	320.128	182.492	952	(87.036)

	30 de setembro de 2025				
Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Transportadora Americana	610.177	(324.775)	(285.402)	6.036	14.014

8. Contas a pagar por aquisição de investimentos e direitos creditórios – precatórios adquiridos

8.1 Contas a pagar por aquisição de investimentos

O saldo de contas a pagar por aquisição de investimentos representa as parcelas retidas das participações societárias adquiridas que serão desembolsadas após a dedução do valor de possíveis perdas indenizáveis.

A composição pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025
Plimor	14.423	15.813
Rodoe	-	115
Prime	-	1.831
	14.423	**17.759**
Circulante	4.997	6.386
Não circulante	9.426	11.373

8.2 Direitos creditórios – precatórios adquiridos

Em 1º de junho de 2026, a controlada indireta Flash Courier Ltda. ("Flash") celebrou Termo de Cessão de Crédito ("Termo de Cessão") com fundo de investimento gerido pela JiveMauá, acionista controlador da Companhia, para aquisição de precatório federal no valor de R$ 15.977, a ser pago em 10 parcelas mensais, de maio de 2027 a fevereiro de 2028, com juros remuneratórios prefixados de 30% a.a. (nota explicativa 23).

Em 21 de julho de 2026, a Companhia apresentou pedido à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN para que o precatório fosse utilizado na compensação de parcelas da transação individual celebrada em 20 de abril de 2026 (nota explicativa 14.2). A validade do Termo de Cessão estava condicionada à aceitação do precatório pela PGFN, que deferiu o pedido em 8 de setembro de 2026, autorizando a utilização do precatório (nº 6000727-03.2026.4.06.9388) na amortização proporcional das parcelas da transação.

9. Imobilizado

A composição e movimentação do imobilizado pode ser assim apresentada:

	Controladora							
	Veículos e Caminhões	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de informática**	**Benfeitorias em bens de terceiros**	**Outras imobilizações**	**Total**
Custo:								
Em 1º de janeiro de 2026	27.935	8.595	46.705	22.935	23.854	23.736	3.126	156.886
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(35)	-	(27)	-	(2.394)	-	-	(2.456)
Em 30 de setembro de 2026	27.900	8.595	46.678	22.935	21.460	23.736	3.126	154.430
Em 1º de janeiro de 2025	28.308	8.625	47.881	22.976	25.225	23.790	6.873	163.678
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(281)	(30)	(1.176)	(41)	(1.369)	(54)	(3.746)	(6.697)
Em 30 de setembro de 2025	28.027	8.595	46.705	22.935	23.856	23.736	3.127	156.981
Depreciação:								
Em 1º de janeiro de 2026	(27.745)	(7.748)	(24.043)	(12.749)	(20.427)	(18.664)	(2.738)	(114.114)
Depreciação	(164)	(313)	(4.024)	(2.578)	(1.443)	(1.457)	(150)	(10.129)
Baixas	35	-	20	-	2.151	-	-	2.206
Em 30 de setembro de 2026	(27.874)	(8.061)	(28.047)	(15.327)	(19.719)	(20.121)	(2.888)	(122.037)
Em 1º de janeiro de 2025	(27.451)	(7.329)	(19.070)	(9.223)	(18.853)	(16.769)	(3.945)	(102.640)
Depreciação	(573)	(320)	(4.101)	(2.702)	(2.277)	(1.537)	(665)	(12.175)
Baixas	286	7	471	39	1.307	129	1.938	4.177
Em 30 de setembro de 2025	(27.738)	(7.642)	(22.700)	(11.886)	(19.823)	(18.177)	(2.672)	(110.638)
Valor residual líquido:								
Em 30 de setembro de 2026	26	534	18.631	7.608	1.741	3.615	238	32.393
Em 30 de setembro de 2025	289	953	24.005	11.049	4.033	5.559	455	46.343

	Consolidado								
	Veículos e caminhões	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de informática**	**Benfeitorias em bens de terceiros**	**Imobilizado em andamento**	**Outras imobilizações**	**Total**
Custo:									
Em 1º de janeiro de 2026	130.898	10.774	117.350	29.578	46.884	32.236	3.791	42.441	413.952
Adições	-	-	663	69	74	282	-	-	1.088
Baixas	(1.944)	(589)	(29.309)	(779)	(2.657)	(1.587)	-	(1.655)	(38.520)
Em 30 de setembro de 2026	128.954	10.185	88.704	28.868	44.301	30.931	3.791	40.786	376.520
Em 1º de janeiro de 2025	134.031	10.804	118.491	29.610	48.243	32.238	3.791	48.673	425.881
Adições	15	-	35	8	155	52	-	-	265
Baixas	(2.831)	(30)	(1.176)	(41)	(1.510)	(54)	-	(5.636)	(11.278)
Em 30 de setembro de 2025	131.215	10.774	117.350	29.577	46.888	32.236	3.791	43.037	414.868
Depreciação:									
Em 1º de janeiro de 2026	(117.135)	(9.197)	(61.344)	(17.666)	(41.591)	(23.423)	-	(48.424)	(318.780)
Adições	(1.001)	(403)	(7.955)	(2.782)	(1.877)	(1.972)	-	(780)	(16.770)
Baixas	1.790	279	8.037	383	2.379	718	-	226	13.812
Em 30 de setembro de 2026	(116.346)	(9.321)	(61.262)	(20.065)	(41.089)	(24.677)	-	(48.978)	(321.738)
Em 1º de janeiro de 2025	(117.121)	(8.635)	(48.591)	(13.797)	(39.138)	(20.976)	-	(49.589)	(297.847)
Adições	(1.759)	(429)	(9.985)	(2.962)	(3.099)	(1.959)	-	(698)	(20.891)
Baixas	1.902	7	471	39	1.447	129	-	1.938	5.933
Em 30 de setembro de 2025	(116.978)	(9.057)	(58.105)	(16.720)	(40.790)	(22.806)	-	(48.349)	(312.805)
Valor residual líquido:									
Em 30 de setembro de 2026	12.608	864	27.442	8.803	3.212	6.254	3.791	(8.192)	54.782
Em 30 de setembro de 2025	14.237	1.717	59.245	12.857	6.098	9.430	3.791	(5.312)	102.063

A Administração não identificou indicadores de *impairment* no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026.

10. Intangível

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora					
	Software e outros	**Ágio**	**Carteira de clientes**	**Cláusula de não concorrência**	**Mais valia do imobilizado**	**Total**
Custo:						
Em 1º de janeiro de 2026	54.524	-	34.642	5.446	6.585	101.197
Adições	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2026	54.524	-	34.642	5.446	6.585	101.197
Em 1º de janeiro de 2025	54.524	-	34.642	5.446	6.585	101.197
Adições	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2025	54.524	-	34.642	5.446	6.585	101.197
Amortização:						
Em 1º de janeiro de 2026	(35.904)	-	(34.642)	(5.446)	(6.585)	(82.577)
Amortização	(5.662)	-	-	-	-	(5.662)
Baixa	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2026	(41.566)	-	(34.642)	(5.446)	(6.585)	(88.239)
Em 1º de janeiro de 2025	(27.869)	-	(34.642)	(5.446)	(6.585)	(74.542)
Amortização	(6.579)	-	-	-	-	(6.579)
Baixa	561	-	-	-	-	561
Em 30 de setembro de 2025	(33.887)	-	(34.642)	(5.446)	(6.585)	(80.560)
Valor residual líquido:						
Em 30 de setembro de 2026	12.958	-	-	-	-	12.958
Em 30 de setembro de 2025	20.637	-	-	-	-	20.637

	Consolidado					
	Software e outros	**Ágio**	**Carteira de clientes**	**Cláusula de não concorrência**	**Mais valia do imobilizado**	**Total**
Custo:						
Em 1º de janeiro de 2026	88.230	274.442	378.148	43.388	6.452	790.660
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2026	88.230	274.442	378.148	43.388	6.452	790.660
Em 1º de janeiro de 2025	93.287	274.442	378.148	43.388	6.452	795.717
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	(6.498)	-	-	-	-	(6.498)
Em 30 de setembro de 2025	86.789	274.442	378.148	43.388	6.452	789.219
Amortização:						
Em 1º de janeiro de 2026	(64.067)	-	(235.914)	(35.483)	(6.452)	(341.916)
Adição	(5.815)	-	(18.569)	(2.360)	-	(26.744)
Baixa	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2026	(69.882)	-	(254.483)	(37.843)	(6.452)	(368.660)
Em 1º de janeiro de 2025	(54.294)	-	(193.710)	(29.150)	(6.452)	(283.606)
Adição	(8.260)	-	(31.653)	(4.749)	-	(44.662)
Baixa	561	-	-	-	-	561
Em 30 de setembro de 2025	(61.993)	-	(225.363)	(33.899)	(6.452)	(327.707)
Valor residual líquido:						
Em 30 de setembro de 2026	18.348	274.442	123.665	5.545	-	422.000
Em 30 de setembro de 2025	24.796	274.442	152.785	9.489	-	461.512

A Administração não identificou indicadores de *impairment* no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026.

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	% - Taxa ao ano	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Capital de giro (a)	Entre 100% CDI + 2,0 a.a. até Pré de 33,70% a.a.	De 20/05/25 até 21/05/32	159.149	141.854	184.896	201.723
Debêntures (a)	Entre 100% CDI até Pré de 30% a.a.	De 27/02/26 até 28/02/36	143.241	101.903	143.241	101.903
Debêntures conversíveis (b)	Entre 12,68% a.a. até 100% do CDI de 4,5% a.a.	De 31/12/25 até 31/12/27	11.453	10.363	11.453	10.363
Antecipação de recebíveis	De 1,21% a 3,37% a.m.		-	-	9.485	8.373
			313.843	**254.120**	**349.075**	**322.362**
Custos de transação			-	(944)	-	(3.421)
			313.843	**253.176**	**349.075**	**318.941**
Circulante			14.373	50.026	49.538	115.272
Não circulante			299.470	203.150	299.537	203.669

(a) Na composição dos saldos de debêntures existe saldo referente à parte relacionada JiveMauá, relativo à 14ª emissão de debêntures, no montante de R$ 88.173 em 30 de setembro de 2026, conforme apresentado na nota explicativa 23.

(b) Conforme Norma contábil CPC 39 – Instrumentos financeiros as debêntures conversíveis estão classificadas como instrumentos de dívida pelas características especificadas dos instrumentos emitidos na 7ª (2ª série) emissão, as quais, determinam que, apesar de terem sua conversibilidade obrigatória em instrumentos patrimoniais devem ser apresentadas como instrumentos de dívida até sua conversão, mesmo que não haja previsibilidade de conversão em caixa. A Administração vem cumprindo todos as condições precedentes, desta debênture, ou obtendo "*waivers*", e considera remota a conversibilidade por caixa.

A movimentação do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025
Saldo em 1º de janeiro	**254.120**	**810.932**
Pagamento de principal	(2.997)	(8.036)
Juros pagos	(1.168)	(4.629)
Juros provisionados	38.344	109.212
Novas captações	5.602	45.443
Conversão em debêntures em capital (a)	-	(343.325)
Conversão de debêntures em instrumentos patrimoniais	-	(355.477)
Assunção de dívida da controlada ILGJ (14ª emissão)	19.942	-
Outros	-	-
Saldo em 30 de setembro e 31 de dezembro	**313.843**	**254.120**

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Saldo em 1º de janeiro	**322.362**	**911.881**
Pagamento de principal	(35.242)	(18.568)
Juros pagos	(5.388)	(7.607)
Juros provisionados	43.318	118.663
Novas captações	22.913	103.093
Conversão de debêntures em capital (a)	-	(343.325)
Conversão de debêntures em instrumentos patrimoniais	-	(450.148)
Adiantamento de recebíveis	1.112	8.373
Outros	-	-
Saldo em 30 de setembro e 31 de dezembro	**349.075**	**322.362**

Os montantes garantidos dos empréstimos podem ser assim apresentados:

	Controladora	Consolidado
Cessão fiduciária de direitos creditórios	159.149	184.896
Garantia fidejussória prestadas pelas controladas	143.241	143.241

A movimentação dos custos de transação pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Saldo em 1º de janeiro	**(944)**	**(9.805)**
Juros provisionados	944	8.861
Saldo em 30 de setembro e 31 de dezembro	**-**	**(944)**

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Saldo em 1º de janeiro	**(3.421)**	**(10.753)**
Juros provisionados	3.421	9.779
Novas captações	-	(2.447)
Saldo em 30 de setembro e 31 de dezembro	**-**	**(3.421)**

Em 4 outubro de 2023, a Companhia realizou uma Assembleia Geral com a presença de mais de 90% dos debenturistas, em que foram repactuados os principais termos e condições da 3ª emissão.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação de Dívidas Bancárias e outras avenças com seus credores bancários, e na sequência, o Conselho de Administração, aprovou a colocação privada de debêntures mandatoriamente conversíveis (6° emissão). Em 21 de maio de 2024, houve a integralização de R$ 341.151 através da conversão de dívidas dos principais bancos credores, bem como, a renegociação de prazo para pagamento dos créditos detidos pelos bancos que optaram por não participar dessa integralização.

Para reforço de caixa para rescisões e desmobilizações de centros de distribuição a Companhia contratou em 27 de setembro de 2024 uma Nota Comercial no valor de R$ 20.000, a qual foi integralizada na 1ª série da 7ª emissão de debêntures, com opção facultativa de conversão em *equity* ou amortização. Em 28 de abril de 2026, a assembleia de debenturistas aprovou a

repactuação do cronograma da 1ª série (5º aditamento), conforme nota explicativa 17.4; a 2ª série manteve o cronograma original.

Em 30 de setembro de 2026, o saldo de capital de giro inclui nota comercial com a Reag, no montante de R$ 4.144 (R$ 4.144 em 31 de dezembro de 2025), vencida em 20 de maio de 2025. Para a liquidação dessa dívida, a Companhia cedeu ao credor direitos sobre precatório, originalmente dados em garantia, para que o credor realize a sua venda; eventual excedente do valor da venda sobre o saldo da dívida retornará à Companhia.

No segundo trimestre de 2024, o grupo contratou capital de giro no montante total de R$ 55.000, tendo essa operação a finalidade de pré-pagar empréstimos em montante equivalente. Os ex-acionistas da Move3 garantiram essa captação com 80% de "*cash collateral*". Em 2025, os ex-acionistas pré-pagaram essas dívidas, vide nota 23.

Em 26 de agosto de 2025, foi aprovada a realização, pela Companhia, da sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$ 10.000.

Em 9 de setembro de 2025, foi aprovada a realização, pela Companhia, da sua 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$ 10.000.

Em 30 de setembro de 2025, foi aprovada a realização, pela Companhia, da sua 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$ 10.000.

Durante o mês de outubro de 2025, foi aprovada a realização, pela Companhia, da sua 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$ 15.000.

Durante 2026, foi concluída a 13ª emissão de debêntures. A emissão foi integralizada no montante de R$ 421.937 (vide nota explicativa 2.2).

Em 20 de julho de 2026, a Companhia concluiu a 14ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em duas séries, no valor total de R$ 84.319, com vencimento em 20 de setembro de 2029. A totalidade das debêntures das 1ª e 2ª séries foi subscrita por fundos de investimento sob gestão da JiveMauá, parte relacionada e controladora da Companhia, conforme nota explicativa 23. A 1ª série, de R$ 45.709, é remunerada a CDI + 7,8% a.a., e a 2ª série, de R$ 38.610, a 30% a.a.; ambas vencem em setembro de 2029 e podem ser resgatadas antecipadamente. A emissão foi integralmente liquidada sem desembolso financeiro, mediante (i) capitalização de créditos detidos pela JiveMauá contra a controlada ILGJ, no montante de R$ 19.942, e (ii) substituição de debêntures das 5ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões, resultando na consolidação dessas operações em instrumento único e na repactuação de seus prazos e condições, com alongamento dos vencimentos, anteriormente compreendidos entre 2026 e 2027, para setembro de 2029, bem como na eliminação de todos os *covenants* financeiros e não financeiros existentes nessas emissões anteriores. Por não envolver movimentação de caixa, a operação está apresentada na nota explicativa 25. A 14ª emissão é garantida por fiança da controlada Transportadora Americana e por garantias reais: cessão fiduciária de direitos creditórios da controlada indireta Flash Courier Ltda.; cessão fiduciária de direitos creditórios da Companhia e da Transportadora

Americana, incluindo os créditos da venda da Frenet, sob condição suspensiva; e alienação fiduciária de imóvel da Transportadora Americana, sob condição suspensiva.

Para a 3ª emissão, ficou estabelecida a não aferição de *covenants* para índice financeiro até dezembro de 2025, e a medição do Índice Financeiro voltará a ser mensurada a partir da divulgação das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. O contrato das debêntures da 3ª emissão estabelece obrigações restritivas ("*Covenants*"), entre as quais: (i) prestação de informações contábeis anuais, (ii) inadimplência em transações com instituições financeiras e (iii) manutenção de índices financeiros determinados, definido pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, devendo ser menor ou igual a 2,5x ao final do exercício de 2025 em diante. Nesse sentido, a Administração da Companhia obteve junto aos debenturistas o *waiver* em 12 de março de 2026, previamente à divulgação das demonstrações financeiras anuais, conforme previsto nos instrumentos de emissão das referidas debêntures.

A Companhia não tem atingido índices financeiros, em especial no que se refere a dívida líquida dividido pelo EBITDA, que dão o direito aos credores de solicitar esclarecimentos e notificação para, de forma não automática, solicitar a antecipação do vencimento dessas obrigações, o que pode impactar a classificação das dívidas da Companhia e sua liquidez.

As obrigações contratuais das dívidas exigem que ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático, seja realizada Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures. Até a data de emissão destas informações financeiras a Companhia não foi notificada sobre a antecipação de obrigações decorrentes das debêntures. Os contratos das 3ª, 6ª, 7ª e 14ª emissões e as confissões de dívida com instituições financeiras contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross default) para obrigações financeiras a partir de R$ 30.000.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia entende que, na ausência de notificação, encontrava-se adimplente em relação a todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima, bem como nos demais contratos, não havendo, portanto, naquela data, dívidas passíveis de vencimento antecipado. Adicionalmente, a 14ª emissão de debêntures eliminou os *covenants* financeiros e não financeiros das 5ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões. Vide nota explicativa 23.

12. Direito de uso e Passivo de arrendamento

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o período:

Direito de uso

		Controladora				
	Vida útil (anos)	31/12/2025	Adições	Baixas	Depreciação	30/09/2026
Imóveis	2 a 12	874	-	(769)	(105)	-
Veículos	5	2.179	-	(1.129)	(785)	265
		3.053	**-**	**(1.898)**	**(890)**	**265**

		Controladora				
	Vida útil (anos)	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	30/09/2025
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	7.704	-	(3.668)	(3.057)	979
Caminhões	5	32.065	-	(25.993)	(3.529)	2.543
		39.769	**-**	**(29.661)**	**(6.586)**	**3.522**

		Consolidado				
	Vida útil (anos)	31/12/2025	Adições	Baixas	Depreciação	30/09/2026
Imóveis	2 a 12	33.247	14.814	(28.943)	(4.869)	14.249
Veículos	5	2.180	-	(1.129)	(785)	266
		35.427	**14.814**	**(30.072)**	**(5.654)**	**14.515**

		Consolidado				
	Vida útil (anos)	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	30/09/2025
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	49.554	5.740	(8.081)	(11.693)	35.520
Caminhões	5	32.066	-	(25.993)	(3.529)	2.544
		81.620	**5.740**	**(34.074)**	**(15.222)**	**38.064**

Passivos de arrendamento:

A composição dos passivos de arrendamento pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Imóveis	-	1.018	14.908	38.499
Veículos	328	3.508	328	3.508
	328	**4.526**	**15.236**	**42.007**
Circulante	328	3.280	4.115	9.657
Não circulante	-	1.246	11.121	32.350

A movimentação do passivo de arrendamento pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025
Saldo em 1º de janeiro	**4.526**	**55.167**
Fluxos de caixa	(249)	(1.084)
Juros provisionados	128	3.071
Novos arrendamentos	-	-
Baixas	(4.077)	(52.628)
Saldo em 30 de setembro e 31 de dezembro	**328**	**4.526**

	Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025
Saldo em 1º de janeiro	**42.007**	**105.985**
Pagamento de principal	(6.136)	(13.169)
Juros provisionados	1.385	7.410
Novos arrendamentos	14.815	4.614
Baixas	(36.835)	(62.833)
Saldo em 30 de setembro e 31 de dezembro	**15.236**	**42.007**

13.Fornecedores e contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Fornecedores	14.526	14.977	26.679	37.448
Contas a pagar (a)	10.102	11.823	25.612	27.397
Fornecedores – recuperação extrajudicial	92.037	92.722	92.037	92.722
	116.665	**119.522**	**144.328**	**157.567**
Circulante	21.101	32.227	48.630	70.272
Não circulante	95.564	87.295	95.698	87.295

(a) Inclui provisões de custos e despesas, mensuradas conforme a melhor estimativa apurada pela Administração devido aos serviços terem sido prestados no período de competência, mesmo não tendo as notas fiscais sido recebidas.

14. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Impostos sobre a receita – ISS (a)	7.949	8.069	51.262	32.916
Impostos sobre a receita – ICMS (a)	25.693	20.673	55.869	47.295
Impostos federais sobre serviços de terceiros	667	650	1.313	3.894
PIS/COFINS	-	-	2.444	-
IRRJ e CSLL	-	-	1.179	-
Outros	39	-	3.601	371
	34.348	**29.392**	**115.668**	**84.476**

(a) Companhia possui equipes interna e externa negociando impostos Municipais e Estaduais para regularizar a situação fiscal em todas as esferas do poder público.

14.1 Parcelamentos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Estadual	36.595	46.503	61.691	79.343
Municipal	4.276	4.256	4.817	4.818
Federal	233	-	316	-
	41.104	**50.759**	**66.824**	**84.161**
Circulante	6.260	9.991	12.557	19.192
Não circulante	34.844	40.768	54.267	64.969

14.2 Impostos parcelados - PGFN

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Transações com a PGFN	34.518	41.966	94.973	110.575
	34.518	**41.966**	**94.973**	**110.575**
Circulante	34.518	19.584	94.973	51.602
Não circulante	-	22.382	-	58.973

A Companhia recebeu e o seu Conselho de Administração aprovou a negociação com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente à regularização de débitos inscritos em dívida ativa da União e a serem direcionados da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, nos termos do programa de transação individual tributária federal, com concessão de descontos, uso de prejuízos fiscais e parcelamento do saldo remanescente. A transação resultou em um desconto de R$ 292.316 (passivos em aberto e contingenciados) e a compensação de R$ 226.680 do imposto diferido ativo, remanescendo R$ 112.481 a pagar em 15 meses. Em 28 de maio de 2026 ocorreu o pagamento da 1ª parcela no valor total de R$ 5.616.

Em junho de 2026, a Companhia quitou R$ 14.886 (R$ 5.657 na controladora) de parcelas da transação com o uso de precatório (vide nota explicativa 8.2). Em outubro de 2026, a Companhia protocolou pedido de repactuação do prazo de pagamento da transação, que aguarda resposta da PGFN (nota explicativa 26).

14.3 Obrigações trabalhistas

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e opção de participação no plano de pagamento baseado em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do período à medida que são incorridos.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Salários a pagar	493	1.909	502	1.909
Rescisões e acordos a pagar	47	5.698	1.738	8.165
Provisão para férias e 13º salário	535	1.889	9.777	6.576
Encargos sociais	141	382	2.068	758
	1.216	**9.878**	**14.085**	**17.408**
Circulante	1.216	9.151	14.085	15.962
Não circulante	-	727	-	1.446

15. Provisões para demandas judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Perdas prováveis	39.634	32.176	81.691	79.251
	39.634	**32.176**	**81.691**	**79.251**

A Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes constituem provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

O cálculo dos valores de contingência considera as decisões dos processos que podem ser procedentes, procedentes em parte ou improcedentes. Para a decisões desfavoráveis à Companhia, a classificação é de perda provável, com provisionamento de 100% do valor da condenação. Os processos ainda sem decisão são classificados como possíveis, e os processos com decisões favoráveis à Companhia são classificados como remotos.

15.1. Perdas prováveis

A movimentação das contas de provisões para demandas judiciais para cobrir riscos prováveis apresenta-se conforme segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2026	**22.252**	**5.281**	**4.643**	**32.176**
Complemento/(reversão) de provisão	7.059	383	16	7.458
Saldo em 30 de setembro de 2026	**29.311**	**5.664**	**4.659**	**39.634**

	Controladora			
	Trabalhista	**Cível**	**Tributária**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2025	18.406	6.029	27.139	51.574
Complemento/(reversão) de provisão	1.889	(1.531)	16.229	16.587
Reclassificação para PGFN	-	-	(4.800)	(4.800)
Saldo em 30 de setembro de 2025	**20.295**	**4.498**	**38.568**	**63.361**

	Consolidado			
	Trabalhista	**Cível**	**Tributária**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2026	**46.464**	**10.575**	**22.212**	**79.251**
Complemento/(reversão) de provisão	1.564	(340)	1.216	2.440
Saldo em 30 de setembro de 2026	**48.028**	**10.235**	**23.428**	**81.691**

	Consolidado			
	Trabalhista	**Cível**	**Tributária**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2025	39.738	14.309	248.325	302.372
Complemento/(reversão) de provisão	8.054	(3.496)	31.672	36.230
Reclassificação para PGFN	-	-	(148.780)	(148.780)
Saldo em 30 de setembro de 2025	**47.792**	**10.813**	**131.217**	**189.822**

A seguir apresenta-se um resumo das principais ações:

Provisões trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em 939 reclamações trabalhistas em 30 de setembro de 2026 (1.121 em 31 de dezembro de 2025) movidas por ex-colaboradores, prestadores de serviços e motoristas, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos para refletir a melhor estimativa corrente.

Provisões cíveis

Os processos cíveis são movidos, em sua maioria, por consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues, bem como por fornecedores que, de modo geral, alegam suposto inadimplemento contratual.

Provisões tributárias

As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a discussões sobre informações em obrigações acessórias e nas bases de cálculo dos impostos.

15.2. Perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base em avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão contábil constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Trabalhista	5.737	9.825	8.946	16.207
Cível	30.002	39.987	83.196	99.311
Tributária	11	47	8.939	30.452
	35.750	**49.859**	**101.081**	**145.970**

A seguir apresenta-se um resumo das principais ações:

Trabalhistas

Os pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício.

Cíveis

Os processos cíveis são movidos, em sua maioria, por: i) consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues; ii) fornecedores que, de modo geral, alegam suposto inadimplemento contratual; iii) agregados e motoristas que requereram o reconhecimento de vínculo empregatício que estão sendo demandados na esfera cível. Adicionalmente, há um processo movido por ex-franqueado que alega ter valores a receber a título de comissões. No período de nove meses, a variação decorre, principalmente, do processo movido pelo ex-franqueado e da atualização monetária dos valores envolvidos. No trimestre, a variação decorre, principalmente, da inclusão de novas demandas cíveis no período e da atualização monetária dos valores envolvidos, parcialmente compensadas por baixas e reclassificações.

Tributárias

As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a autos de infração de ICMS em discussão na esfera administrativa estadual, a execuções fiscais de ICMS e de ISS e a multa isolada exigida pela Receita Federal do Brasil. Os débitos tributários declarados e não pagos, ainda que objeto de execução fiscal, não são contingências: estão reconhecidos no passivo, em obrigações tributárias (nota explicativa 14), e por isso não integram os valores acima.

16.Adiantamentos de clientes e outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Adiantamentos de clientes (a)	-	-	19.750	18.333
Provisão para partes relacionadas	2.675	2.675	2.711	2.711
Outros	463	1.093	1.109	2.571
	3.138	**3.768**	**23.570**	**23.615**
Circulante	3.138	3.768	21.498	23.534
Não circulante	-	-	2.072	81

(a) Referem-se a valores recebidos antecipadamente de clientes e a faturamentos para entrega futura de serviços da controlada MBC Flash, que serão reconhecidos como receita à medida que os serviços forem prestados, apresentados líquidos dos juros a apropriar, conforme a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Adiantamentos de clientes recebidos	6.375	-
Faturamento para entrega futura	14.833	20.313
(-) Juros a apropriar	(1.458)	(1.980)
	19.750	**18.333**
Circulante	17.678	18.333
Não circulante	2.072	-

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 30 de setembro de 2026, o capital social da Companhia era de R$ 2.107.888 (R$ 1.430.860 em 31 de dezembro de 2025) composto por 6.370.488.672 ações ordinárias nominativas e sem valores nominais (11.984.556 em 31 de dezembro de 2025), totalmente integralizadas. Com o grupamento de 150:1 aprovado em 2 de outubro de 2026, as 6.370.488.672 ações passaram a ser representadas por 42.469.924 ações (nota explicativa 26).

A movimentação do capital social pode ser assim apresentada:

	R$	Ações
30 de janeiro de 2026 (a)	393.320	5.678.111.214
3 de fevereiro de 2026 (a)	122.745	697.414
23 de fevereiro de 2026 (a)	8.658	39.354
5 de março de 2026 (b)	60	1.000.000
5 de março de 2026 (a)	32.950	549.165.590
23 de março de 2026 (b)	60	1.000.000
25 de março de 2026 (a)	422	7.035.356
15 de abril de 2026 (b)	240	4.000.000
4 de maio de 2026 (b)	1.200	20.000.000
29 de maio de 2026 (b)	2.400	40.000.000
25 de junho de 2026 (c)	5.185	57.455.188
30 de setembro de 2026 – incorporação Fulcrum	109.788	-
	677.028	**6.358.504.116**

(a) O aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, se deu em atendimento às comunicações de conversão das 4ª, 6ª e 13ª emissões de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, conforme nota explicativa 17.4.

(b) Com base no 2º plano de pagamento baseado em ações, 2º programa, iniciado em fevereiro de 2026, foram entregues como forma de remuneração um total de 66.000.000 de ações aos participantes do plano, pelo exercício de R$ 3.960, integralizado com R$ 589 pagos em dinheiro pelos participantes no exercício das opções e R$ 3.371 correspondentes à despesa reconhecida do plano. O valor total de R$ 3.960 foi registrado no capital social.

(c) Em cumprimento ao plano de reestruturação de dívidas, em 25 de junho de 2026, a Companhia aumentou o seu capital social e entregou 57.455.188 ações aos credores.

(d) Em 30 de setembro de 2026, o saldo de R$ 306.630 registrado em instrumentos conversíveis em ações, referente à incorporação da Fulcrum Participações S.A., aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 31 de outubro de 2025, foi reclassificado: R$ 109.788 para o capital social, conforme aprovado naquela Assembleia, sem emissão de novas ações, e R$ 196.842 para ajuste de avaliação patrimonial.

Em 30 de janeiro de 2026, a Companhia divulgou uma comunicação ao mercado referente ao aumento de capital no montante de R$ 393.320, com a emissão de 5.678.111.214 de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, resultante da conversão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, da 13ª emissão da Companhia, das quais 5.668.877.238 de ações tiveram o preço de conversão de R$ 0,06 (seis centavos), e 9.233.976 de ações tiveram o preço de conversão de R$ 5,76 (cinco reais e setenta e seis centavos).

Nos termos do fato relevante divulgado em 6 de fevereiro de 2026, como resultado da 13ª Emissão de debêntures, o controle da Companhia passou a ser exercido por fundos de investimento sob a gestão comum da JiveMauá, tendo sido entregues a eles o total de 5.669.480.578 ações ordinárias como resultado da conversão das debêntures da 13ª emissão, de modo que tais fundos de investimento, considerados conjuntamente, passaram a deter ações representativas de 99,63%.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$ 2.433.080 por deliberação do Conselho de Administração.

No 1T25 a Companhia homologou o plano de recuperação extrajudicial e reconheceu R$ 104.572 a pagar aos credores que optaram pela Opção 1 do plano, cuja quitação ocorreu através da entrega de ações que foram emitidas a um valor de conversão de R$ 8,00 por ação. Seguindo a interpretação técnica brasileira de contabilidade que orienta sobre a extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais (ICPC 16), foi reconhecido um ganho contábil de R$ 45.880 em contrapartida ao resultado daquele exercício, considerando a diferença entre a cotação B3 da ação na data da homologação (R$ 4,49) e o valor de conversão definido no plano homologado. O supramencionado ganho de R$ 45.880 compõe o saldo de prejuízos acumulados de R$ 2.531.037 em 30 de setembro de 2026.

Respeitando o valor de conversão previsto no plano de recuperação extrajudicial homologado, a assembleia geral extraordinária de 4 de abril de 2025 deliberou pelo aumento do capital social de R$ 104.572, enquanto o registro contábil do incremento do capital social foi limitado a R$ 58.692. Da mesma forma, o aumento do capital social homologado em 25 de junho de 2026, decorrente da subscrição de sobras e da capitalização de créditos no âmbito do plano de recuperação extrajudicial, foi de R$ 9.767, enquanto o registro contábil foi limitado a R$ 5.185. Dessa forma, em 30 de setembro de 2026, o capital social registrado, de R$ 2.107.888, é inferior em R$ 50.462 ao capital social do estatuto social, de R$ 2.158.350 (R$ 45.880 de 2025 e R$ 4.582 de 2026). Como há vedação em transferir R$ 50.462 (R$ 45.880 e R$ 4.582) de prejuízo acumulado ao capital social, no próximo trimestre deste ano, a administração deliberará pela redução do capital social mediante a absorção parcial de prejuízo acumulado, de forma a equalizar o ato societário com os registros contábeis.

17.2 Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito do imposto, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. Até 30 de setembro de 2026, o montante de R$ 9.969 (R$ 9.969 em 31 de dezembro de 2025) foi reconhecido

como subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº 160/2017 e destinado para reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76.

17.3 Plano de pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de setembro de 2020, foi aprovado o Segundo Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano 2"), ficando o Conselho de Administração e a Diretoria autorizadas a tomar as medidas necessárias para a implantação desse plano. Em 9 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou alterações no Plano 2 e as outorgas realizadas foram revogadas, haja visto que nenhuma outorga foi exercida, e novas outorgas foram concedidas visando substituir as outorgas revogadas.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do Plano 2 foi totalmente revertido para o resultado, pois todos os participantes que tinham direito de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, naquela data, não exerceram seus direitos de outorga.

Em 25 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou, no âmbito do Plano 2, a realização de novas outorgas de opções de compra de ações de emissão da Companhia ("Opções"). As outorgas foram realizadas observando-se o percentual do capital social da Companhia em base *fully diluted*, sendo que a quantidade final de ações ordinárias de emissão da Companhia objeto das Opções deverá ser apurada no momento do respectivo exercício, observados os prazos e os eventos societários aplicáveis.

As outorgas realizadas no âmbito do Segundo Programa observam o limite máximo correspondente a 10% do total de ações ordinárias do capital social subscrito e integralizado da Companhia, conforme alterado de tempos em tempos, considerando-se, para fins desse cálculo, o somatório de todas as opções de compra de ações outorgadas ou passíveis de outorga no âmbito de quaisquer planos e programas atualmente existentes e vigentes na Companhia.

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada ("*constructive obligation*") de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

17.4 Debêntures conversíveis

A Companhia emitiu debêntures mandatoriamente conversíveis em ações com as seguintes características:

	7ª emissão
Data de emissão	26 de agosto de 2024
Quantidade	131.598.000
Valor unitário	1.000
Total emitido – R$	131.598
Primeira série – R$	N/A
Integralização	N/A
Segunda série – R$	111.005
Integralização	Conversão de créditos detidos anteriormente
Remuneração	
Vencimento	31 de dezembro de 2027

Em 4 de maio de 2026, a Companhia divulgou uma comunicação ao mercado referente a assembleia de debenturistas realizada em 28 de abril de 2026, que aprovou a repactuação da 7ª emissão 1ª série de debêntures da Companhia, nos seguintes termos:

a) Definição do saldo devedor em R$ 24.229 em março de 2026;
b) Carência dos pagamentos de juros e da amortização de valor principal até fevereiro de 2031, com pagamentos de juros trimestrais até o vencimento; e
c) Vencimento do valor principal repactuado para fevereiro de 2036.

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Ações emitidas na conversão	Debêntures – R$
Saldo em 1º de janeiro de 2026		**869.628**
Conversão em 30 de janeiro de 2026	5.678.111.214	(393.320)
Conversão em 3 de fevereiro de 2026	697.414	(122.745)
Conversão em 23 de fevereiro de 2026	39.354	(8.658)
Conversão em 5 de março de 2026	549.165.590	(32.950)
Conversão em 25 de março de 2026	7.035.356	(422)
Atualização monetária e integralizações	-	6.837
Incorporação Fulcrum – reclassificação para capital social e ajuste de avaliação patrimonial	-	(306.630)
Saldo em 30 de setembro de 2026		**11.740**

(a) O saldo final da movimentação contempla os montantes de R$ 11.453 referente às debêntures conversíveis apresentadas na nota explicativa 11 "Empréstimos, financiamentos e debêntures" acrescido de R$ 287 no patrimônio líquido referente aos instrumentos patrimoniais conversíveis em ações.

17.5 Resultado por ação

	Prejuízo básico	
	30/09/2026	30/09/2025
Prejuízo do período	(109.469)	(131.243)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação – em milhares, ajustada pelos grupamentos	37.125	35,87
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação – em R$	**(2,9486)**	**(3.659,25)**

	Prejuízo diluído	
	30/09/2026	30/09/2025
Prejuízo do período	(109.469)	(131.243)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação – em milhares, ajustada pelos grupamentos	37.125	35,87
Prejuízo diluído por ação – em R$	**(2,9486)**	**(3.659,25)**

18. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Operação logística e transporte	28.008	29.097	471.646	529.269
Impostos incidentes	(3.704)	(4.053)	(59.602)	(65.710)
	24.304	**25.044**	**412.044**	**463.559**

19. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Gastos com:				
Gerais e administrativas (a)	(13.077)	(46.014)	(38.857)	(84.760)
Depreciação e amortização	(16.474)	(25.278)	(43.526)	(72.674)
Pessoal	(3.534)	(17.405)	(68.326)	(40.357)
Distribuição e transporte (b)	(2.616)	(28.589)	(288.283)	(405.955)
Comercial	(17.065)	(1.068)	(20.698)	(19.501)
Serviços de terceiros	(624)	(1.542)	(5.626)	(5.634)
Amortização – direito de uso	(890)	(6.586)	(5.653)	(15.222)
Haircut de fornecedores – Plano de RE (c)	4.524	87.841	4.524	87.841
Reversão/(provisão) para perdas de crédito esperadas	11.280	(4.826)	2.900	(1.305)
Reversão/(provisão) para demandas judiciais	(7.458)	2.100	681	(29.641)
Outras	(170)	-	(2.328)	-
	(46.104)	**(41.367)**	**(465.192)**	**(587.208)**
Apresentados como:				
Custos dos serviços prestados	(9.044)	(51.436)	(341.534)	(432.942)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(37.060)	10.069	(123.658)	(154.266)
	(46.104)	**(41.367)**	**(465.192)**	**(587.208)**

(a) Refere-se a gastos com manutenção em centros administrativos, licenciamento de softwares de gestão, locação de computadores, seguros administrativos, serviços de comunicação e demais gastos de gestão.

(b) Refere-se a gastos com contratação de serviços de fretes de terceiros, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas a prestação de serviço de transporte, pallets, caixas e demais insumos utilizados na administração nos centros de distribuição.

(c) Este valor refere-se ao desconto obtido junto aos fornecedores, que aderiram o plano de recuperação extrajudicial.

A partir do terceiro trimestre de 2026, a locação do Sorter entre controladas passou a ser eliminada na consolidação (R$ 948 no trimestre). No primeiro semestre de 2026, R$ 1.879 permanecem apresentados em custos dos serviços prestados e em outras receitas operacionais, como nas informações do trimestre findo em 30 de junho de 2026.

A linha "Comercial" inclui a baixa direta de clientes inadimplentes (R$ 16.464 na controladora e R$ 19.645 no consolidado). A linha "Depreciação e amortização" da controladora inclui R$ 678 de amortização de mais-valia de ativos (nota explicativa 7).

20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Baixa de contratos de arrendamento	2.178	22.995	6.763	29.371
Receita com venda de sucata	28	1.925	690	2.669
Resultado da transação – PGFN	(693)	1.578	(1.826)	75.346
Resultado na venda de ativo imobilizado	1	-	15.015	-
Outros	6.562	(11.832)	9.347	11.042
	8.076	**14.666**	**29.989**	**118.428**

Em 22 de abril de 2026, a Companhia concluiu com a alienação de determinados ativos operacionais, pelo valor total de aproximadamente R$ 37.500 (USD 7.500.000). O valor residual contábil dos ativos objeto da transação era de R$ 22.957.

21. Receitas e despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(772)	(86.425)	(27.257)	(97.818)
Atualização financeira das debêntures	(1.562)	-	(29.207)	-
Juros sobre atualização tributária e outros passivos	(1.159)	(4.836)	(7.159)	(5.300)
Juros sobre parcelamentos	-	(5.226)	-	(6.153)
Juros sobre contas a pagar por aquisição de investimentos	-	(313)	(1.764)	(3.502)
Juros sobre passivo de arrendamento	(121)	(2.944)	(1.378)	(6.148)
AVP do saldo de fornecedores - RE (a)	(9.040)	63.024	(9.039)	63.024
Ajuste a valor presente de contas a receber (nota 5)	-	-	(9.296)	-
Outras receitas (despesas) financeiras	484	(10.002)	(5.377)	(27.784)
	(12.170)	**(46.722)**	**(90.477)**	**(83.681)**

(a) Valor refere-se ao ajuste a valor presente de fornecedores em função do plano de recuperação extrajudicial.

22. Imposto de renda e contribuição social

22.1 Prejuízo fiscal e base negativa

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 32 (Tributos sobre o Lucro), a Companhia e suas controladas reconhecem ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda (IRPJ) e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) somente na extensão em que for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia e suas controladas apuraram os seguintes montantes de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Prejuízos fiscais acumulados (IRPJ)	1.380.556	1.376.482	2.550.091	2.444.561
Bases negativas acumuladas (CSLL)	1.380.556	1.376.482	2.560.795	2.455.265
Ativo fiscal diferido potencial (teórico):				
Imposto de renda – 25%	345.139	344.121	637.523	611.140
Contribuição social – 9%	124.250	123.883	230.472	220.974
	469.389	468.004	867.995	832.114
Utilização – acordo PGFN (a)	(90.761)	(87.300)	(226.679)	(222.512)
Ativo fiscal diferido reconhecido contabilmente	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido não reconhecido	**378.628**	**380.704**	**641.316**	**609.602**

(a) Créditos de prejuízo fiscal e base negativa utilizados na transação tributária individual com a PGFN (nota 14), pelo valor do crédito correspondente às alíquotas de 25% e 9%.

Os saldos de 30 de setembro de 2026 compreendem os montantes controlados na Parte B do e-Lalur e do e-Lacs em 31 de dezembro de 2025 e o resultado fiscal de janeiro a setembro de 2026, apurado em balanços de suspensão ou redução, que se torna definitivo na apuração anual.

O ativo fiscal diferido não reconhecido decorre de prejuízos fiscais e bases negativas existentes, que não prescrevem e podem ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitada a compensação a 30% do lucro real e da base de cálculo positiva da CSLL de cada período (arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065/95). O ativo não é registrado porque, em razão do histórico de prejuízos, não estão atendidos os critérios do CPC 32 para o seu reconhecimento. A Administração reavalia essa

conclusão a cada data de balanço, com base nas projeções de resultado tributável da Companhia e de suas controladas.

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Prejuízo fiscal e base negativa, líquido da utilização no acordo PGFN	378.628	380.704	641.316	609.602
Provisão para demandas judiciais	13.476	22.776	29.413	64.543
Provisão para perdas no valor recuperável do contas a receber	2.948	6.948	7.384	14.302
Diferenças Temporárias - Alocações Intangível	-	1.630	-	474
Diferenças Temporárias – Ágio fiscal	(30.134)	(30.134)	-	(111.097)
Passivo de arrendamento	-	1.539	-	14.282
Imposto de renda diferido não reconhecido	(364.918)	(383.463)	(678.113)	(592.106)
Ativo diferido	**-**	**-**	**-**	**-**

A movimentação dos impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Saldo inicial	**-**	**204.173**	**-**	**244.295**
Movimentações com impacto no resultado:				
Prejuízo fiscal e base negativa	3.461	(81.181)	4.167	(21.783)
Diferenças temporárias	-	2.759	-	-
Movimentações patrimoniais:				
Utilização PGFN	(3.461)	(87.300)	(4.167)	(222.512)
Baixa	-	(38.451)	-	-
	-	(204.173)	-	(244.295)
Saldo final	**-**	**-**	**-**	**-**

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro):

	Controladora	Consolidado

	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Resultado antes dos impostos	(112.930)	(40.737)	(113.636)	(89.320)
Expectativa do imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	38.396	13.851	38.636	30.369
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(29.592)	(2.598)	-	141
Plano de pagamento baseado em ações	(1.146)	(450)	(1.146)	(450)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-
Provisões para perdas	-	5.648	-	6.566
Ágio	-	(33.813)	-	(96.524)
Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais	(4.197)	-	(33.323)	-
Outras diferenças permanentes/temporárias	-	(73.144)	-	23.929
Efeito no resultado	**3.461**	**(90.506)**	**4.167**	**(35.969)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	(231)
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.461	(90.506)	4.167	(35.738)
Taxa efetiva	**3,1%**	**122,2%**	**3,7%**	**40,3%**

23. Transações com partes relacionadas

Entre agosto e novembro de 2025, foram aprovadas a 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões privadas de debêntures, no montante total de R$ 45.000.

Em 20 de julho de 2026, a dívida da controlada ILGJ com a JiveMauá, no montante de R$ 19.942, foi capitalizada na 14ª emissão de debêntures, integralmente subscrita por fundos de investimento sob gestão da JiveMauá, juntamente com a substituição das 5ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões (nota explicativa 11). Em 30 de setembro de 2026, o saldo da 14ª emissão totaliza R$ 88.173.

Em 1º de junho de 2026, foi celebrado Termo de Cessão de Crédito com fundo de investimento gerido pela JiveMauá para aquisição de precatório federal no valor de R$ 15.977, a ser pago até fevereiro de 2028 com juros remuneratórios prefixados de 30% a.a., conforme nota explicativa 8.2. Em 30 de setembro de 2026, o saldo a pagar totaliza R$ 15.977, dos quais R$ 7.988 no passivo circulante e R$ 7.989 no passivo não circulante. Os juros de junho a agosto de 2026 (R$ 1.083) foram pagos ao fundo em 31 de agosto de 2026.

Quadro resumo das transações com partes relacionadas

	Controladora – Ativo	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Transportadora Americana	14.034	13.611
Flash	113.961	46.652
ILGJ	112.964	97.639
ILGJ – assunção da dívida com a JiveMauá (nota 11)	19.942	-
Carriers	10.093	5.343
	270.994	**163.245**

	Controladora – Passivo	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Transportadora Americana	(97.919)	(99.821)

Flash	(28.707)	(46.182)
ILGJ	(34.266)	(26.049)
Carriers	(62.975)	(8.824)
	(223.867)	**(180.876)**

	Consolidado – Passivo	
	30/09/2026	**31/12/2025**
JiveMauá – debêntures (14ª emissão)	(88.173)	(52.729)
JiveMauá – capital de giro da ILGJ (nota 11)	-	(19.193)
JiveMauá – precatório (nota 8.2)	(15.977)	-
	(104.150)	**(71.922)**

	Controladora – Resultado	
	01/01/2026 a 30/09/2026	**01/01/2025 a 30/09/2025**
JiveMauá – debêntures (nota 11)	(14.885)	-
	(14.885)	**-**

	Consolidado – Resultado	
	01/01/2026 a 30/09/2026	**01/01/2025 a 30/09/2025**
JiveMauá – debêntures	(14.885)	-
JiveMauá – capital de giro da ILGJ	(605)	-
JiveMauá – juros do precatório	(1.083)	-
	(16.573)	**-**

Compartilhamento de despesas

A Companhia possui acordo com as controladas visando o compartilhando de certas despesas. Essas transações são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

	Controladora - Ativo	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Transportadora Americana	14.034	13.611
Flash	85.549	20.312
ILGJ	14.890	-
Carriers	4.441	-
	118.914	**33.923**

	Controladora - Passivo	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Transportadora Americana	(9.638)	(9.638)
	(9.638)	**(9.638)**

Conta corrente

A Companhia possui conta corrente intragrupo, além de transações com a parte relacionada ILGJ, conforme a seguir:

	Controladora –Ativo	
	30/09/2026	**31/12/2025**
ILGJ	93.830	93.830
ILGJ – assunção da dívida com a JiveMauá (nota 11)	19.942	-
	113.772	**93.830**

	Controladora – Passivo	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Transportadora Americana	(86.147)	(90.183)
Flash	(22.639)	(46.182)
ILGJ	(34.266)	(26.049)
Carriers	(62.975)	(8.824)
	(206.027)	**(171.238)**

Transações de parcelamento PGFN

A Companhia possui saldos a receber e a pagar decorrentes de transferência de prejuízos fiscais e bases negativas de imposto de renda para pagamento junto a PGFN entre partes relacionadas, sem prazo, garantia ou incidência de juros ou correção monetária, conforme a seguir:

	Controladora – Ativo	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Flash	28.412	26.340
Carriers	5.652	5.343
ILGJ	4.244	3.809
	38.308	**35.492**

	Controladora – Passivo	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Transportadora Americana	(2.134)	-
Flash	(6.068)	-
	(8.202)	**-**

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	30/09/2026	**30/09/2025**
Remuneração direta	1.819	3.284
Plano de pagamento baseado em ações e benefícios	3.371	1.196

A remuneração do pessoal-chave da Administração é atribuída à diretoria executiva e aos conselheiros da administração.

24. Cobertura de seguros (não revisado)

Descrição da cobertura	**Cobertura em R$ (000)**
Incêndio, raio, explosão ou implosão, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo ou fumaça, desmoronamento, movimentação interna e alagamento ou inundação	63.751

Impacto de veículos terrestres, queda de aeronaves, engenhos aéreos ou espaciais	18.000
Responsabilidade civil	95.200
Roubo de bens, mercadorias ou valores	5.000
Perda ou pagamento de aluguel	5.000
Derrame ou vazamento de chuveiros auto (*sprinklers*), hidrantes, tanques e tubulações	4.000
Remoção de entulho	3.000
Danos morais, danos materiais ou corporais (acidente de veículos)	1.240
Equipamentos estacionários, móveis e eletrônicos	2.250
Danos elétricos	1.000
Quebra de vidros e anúncios luminosos	100
Tumulto, greve ou *lock-out*	100
Recomposição de registros ou documentos	50

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25. Transações que não afetam caixa

As seguintes transações não afetaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Conversão de debêntures em capital	558.095	15.583	558.095	15.583
Novos contratos de arrendamento	-	-	14.815	-
Aumento de capital com conversão de dívida	5.185	255.874	5.185	255.874
Reclassificação de contingências para PGFN	-	4.800	-	148.780
Aumento de capital – plano de ações	3.371	450	3.371	450
Distrato de contratos de arrendamento	4.077	23.094	36.835	28.667
Ajuste de avaliação patrimonial	-	7.737	-	13.456
14ª emissão de debêntures (nota 11)	84.319	-	84.319	-
Compensação da PGFN com precatório	5.657	-	14.886	-
Assunção de dívida da ILGJ (14ª emissão)	19.942	-	-	-
Aquisição de precatório a prazo (nota 8.2)	-	-	15.977	-
Reclassificação de conversíveis (nota 17.1)	306.630	-	306.630	-

26. Eventos subsequentes

Após a data-base destas informações contábeis intermediárias, ocorreram os seguintes eventos, que não requerem ajuste nos saldos de 30 de setembro de 2026:

a) Grupamento de ações

Em 2 de outubro de 2026, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o grupamento das ações de emissão da Companhia na proporção de 150:1, de modo que as 6.370.488.672 ações existentes passam a ser representadas por 42.469.924 ações, sem alteração do valor do capital social. O prejuízo por ação de todos os períodos apresentados nestas informações contábeis intermediárias já reflete o grupamento (notas explicativas 2.6 e 17.5).

b) Plano de opções de compra de ações

Em 15 de outubro de 2026, o Conselho de Administração aprovou o 1º aditamento ao 2º Programa de Opção de Compra de Ações (Stock Options) da Companhia. O aditamento reduziu o preço de exercício das opções dos diretores estatutários de R$ 9,00 para R$ 3,00 por ação. A

alteração é uma modificação do plano (CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações), e o valor justo incremental será reconhecido no resultado a partir do quarto trimestre de 2026.

c) Aumento de capital

Em 9 de novembro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R$ 1.112, mediante a emissão de 370.764 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, decorrente do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Segundo Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia.

d) Repactuação da transação com a PGFN

Em outubro de 2026, a Companhia protocolou junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pedido de repactuação do prazo de pagamento da transação individual (nota explicativa 14.2), cujo saldo em 30 de setembro de 2026 é de R$ 94.973, integralmente no passivo circulante. Até a data de autorização destas informações contábeis intermediárias, o pedido aguardava resposta da Procuradoria.

***